

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
GESTÃO ESCOLAR COM ÊNFASE NA DIREÇÃO, COORDENAÇÃO E
SUPERVISÃO ESCOLAR**

APROVADA

NOTA: 9,0

**SUPERVISÃO EDUCACIONAL PEDAGÓGICA NO DESENVOLVIMENTO
TÉCNICO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO MOJU I E II DO MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA**

ALBANY DE BRITO PINTO

albany_stm@yahoo.com.br

ORIENTADOR: PROF. DR. ILSO FERNADES DO CARMO

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR COM ÊNFASE NA DIREÇÃO,
COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

**SUPERVISÃO EDUCACIONAL PEDAGÓGICA NO DESENVOLVIMENTO
TÉCNICO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO MOJU I E II DO MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA**

ALBANY DE BRITO PINTO

ORIENTADOR: PROF. DR. ILSO FERNADES DO CARMO

--	--

“Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de Especialização em Gestão Escolar com Ênfase na Direção, Coordenação e Supervisão Escolar.”

“Os educadores precisam compreender que ajudar as pessoas a se tornarem pessoas é muito mais importante do que ajudá-las a tornarem-se matemáticas, políglotas ou coisa que o valha.” (Carl Rogers)

Dedico este trabalho a minha família, que me apoiaram e me ensinaram a lutar e viver com dignidade. Em especial à minha irmã Suely, que sempre confiou em mim, na minha capacidade.

A todos os professores e colegas de sala, por esses tempos que passamos juntos compartilhando momentos de dificuldades, mas também de bastante alegria. À minha irmã, Suely, que sempre esteve ao meu lado auxiliando com sua experiência e dedicação. À Adervania pela abnegação de seus tempos e trabalhos, por todos os momentos que tive às suas colaborações.

RESUMO

O Projeto de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES), no assentamento PA MOJU I E II, possibilitaram uma pesquisa de supervisão pedagógica entre as famílias assentadas e a equipe interdisciplinar de Técnicos de assistência de extensão rural, tendo grande responsabilidade, no mecanismo de interação na mudança de valores éticos, quanto as melhoria da qualidade de vida dos assentados. O objetivo principal do trabalho foi de contribuir para execução de supervisão pedagógica, com intuito de sensibilizar as famílias do Assentamento, no tocante aos problemas técnicos, sociais e ambientais, vividos por este PA, bem como a utilização de processos metodológicos na abordagem do técnico extensionista na área de assentamento. Utilizou-se uma análise qualitativa, com entrevistas, foram abordados em encontros participativos, levando a reflexão sobre as diversas percepções dos assentados sobre a sua realidade local. O que resultou em diversas propostas de ações, tais como: conservação ambiental, com plano de manejo, integração das comunidades, solicitação de posto de saúde, telefone público, redução no uso de agrotóxicos; melhoria no manejo do solo; reutilização do lixo e produção de compostos com os resíduos orgânicos; criação de espaços de estudos de Gênero no meio rural, visando garantir a sustentabilidade do PA. Entendendo a necessidade de mudança do modelo de assistência técnica e compreendendo que a transição é um processo lento e complexo, vê-se a necessidade do trabalho contínuo de conscientização dos assentados, através de um trabalho técnico mais efetivo, com valorização de seus conhecimentos empíricos e incentivando-os a conhecer melhor sua realidade.

Palavra Chave: ATES no Assentamento; Supervisão Pedagógica; Assistência técnica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAP. I PROGRAMA DE ATES NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRARIA	09
1.1. Ambiental	11
1.2. Produtivo	13
1.3. Educativo	15
1.4. Organizativo	17
1.5. Diretrizes de Ação da ATES	19
CAP. II O PAPEL DO SUPERVISOR EDUCACIONAL	21
CAP. III SUPERVISÃO EDUCACIONAL PEDAGÓGICA NO DESENVOLVIMENTO TÉCNICO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO MOJU I E II DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – PA	25
CAP. IV PROJETO DE ASSENTAMENTO MOJU I e II	35
4.1. Informações Gerais do Assentamento	35
CAP. V RESULTADOS E DISCUSSÃO DO ASSENTAMENTO PA MOJU I E II	36
5.1. Aspecto Social	37
5.1.1. Saúde	37
5.1.2. Educação	38
5.1.3. Organização	38
5.1.4. Infra-estrutura	38
5.2. Aspecto Ambiental	39
5.3. Aspecto Econômico	39
5.4. Assistência Técnica	40
5.5. Perfil do Assentado	40
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

A Supervisão pedagógica da ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental) dentro do assentamento foram imprescindível no processo de articulação e mediação do saber cotidiano, das famílias assentadas, estimulando a autonomia no desenvolvimento. Além disso, preparou os profissionais técnicos da equipe interdisciplinar que estão atuando nos assentamentos, para lidar com diversas situações, tendo o compromisso de formar líderes atuantes em suas comunidades, comprometidos com a mudança, de acordo com a realidade das famílias assentadas.

ATES tem um caráter educativo, buscando promover a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis. Deste modo, a intervenção dos agentes pedagógicos no programa de ATES ocorreu de forma democrática, adotando metodologias participativas, por meio de um enfoque pedagógico construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local.

A importância do Programa de ATES no PA Moju I E II para o desenvolvimento do Assentamento como um todo, no âmbito do trabalho do pedagogo, assessorou as problemáticas na esfera social, técnico e ambiental das famílias assentadas, tornando-o unidade de produção melhorada, inserida de forma competitiva no processo socioeconômico. A realização desta pesquisa sobre Supervisão Pedagógica no desenvolvimento do projeto de assentamento Moju I e II do município de Santarém/PA ocorreu de acordo com o programa de ATES, objetivou contribuir para execução de práticas pedagógicas, com intuito de sensibilizar as famílias do Assentamento, no tocante aos problemas técnico, sociais e ambientais, vividos por este PA, bem como a utilização de processos metodológicos na abordagem do técnico extensionista na área de assentamento.

Optou-se pelo tema na medida em que esta experiência de assentamento do Programa de ATES se apresentou como esclarecedor da complexidade das políticas públicas agrárias, e da importância de intervenção da supervisão pedagógica, no que se refere o saber empírico do assentado e o saber técnico, no intuito de

contribuir com as atividades dentro do assentamento, e assim promover a equidade social e solidariedade.

A presente pesquisa abordou-se no primeiro capítulo o Programa de ATES no Assentamento de Reforma Agrária, destacando a importância do projeto para os assentados, nos aspectos social, técnico e ambiental, viabilizando sustentabilidade, no âmbito local.

Abordou-se no segundo capítulo, o papel do supervisor pedagógico, que abrange uma função importante nos dias atuais, possibilitando a valorização educacional da equipe de trabalho.

No terceiro capítulo destacou-se a Supervisão pedagógica da ATES no assentamento da reforma Agrária, com intuito de contribuir na formação das famílias assentados e técnicos da equipe interdisciplinar da equipe de ATES.

O quarto capítulo, tratou-se da caracterização do assentamento, localização, e números de comunidades existentes no PA MOJU I E II.

No quinto capítulo, fez-se a análise dos Resultados e Discussão do Assentamento Pa MOJU I E II.

Finalmente, nas considerações finais apontamos alguns resultados relevantes, embora não se possam dizer definitivos, em relação ao grau de dependência frente às políticas públicas no assentamento de Reforma Agrária regional, pois para o desenvolvimento das potencialidades locais é necessário, um trabalho contínuo educativo, respeitando as diferenças culturais e de saberes.

CAP. I

PROGRAMA DE ATES NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

A proposta da reforma agrária do Programa de ATES (Assistência Técnica, Social e Ambiental), veio para tentar amenizar a desigualdade social existente no Brasil, a fim de solucionar os conflitos sociais, aproveitando de maneira racional e adequada o imóvel rural. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem como tarefa cuidar do planejamento e execução dos projetos dentro dos assentamentos. O objetivo do Projeto surgiu de um diagnóstico prévio da necessidade de assistência técnica, social e ambiental dentro assentamento.

Os Projetos de Assentamento reconhecidos pelo INCRA, os assentados tem direito aos Projetos da Reforma Agrária com acesso aos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o desenvolvimento dessas áreas, no contexto compreendido pela agricultura familiar.

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), criado em 2004 pelo Incra/MDA, por meio da Norma de Execução/Incra/SD/Nº. 39/2004, tem o objetivo de trabalhar novas perspectivas para o desenvolvimento da agricultura familiar, potencializando ações já desenvolvidas e abrindo novas potencialidades em busca de qualidade de vida". (<http://www.unitins.br/ates/index2.html>).

O ATES consiste no desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais nas áreas produtivas, ambiental, educativo e organizativo de acordo com a realidade de cada comunidade. Diante disso, é importante promover a inclusão social no assentamento, construindo uma nova identidade das raízes culturais, conciliando interesses e percepções diferentes.

Assessoria técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, nos Projetos de Reforma Agrária e Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável". (INCRA, Manual operacional de ATES 2008).

A extensão rural é um trabalho realizado para inovar a assistência dada aos assentados, não trata apenas da parte econômica das famílias, mas desenvolve também outros aspectos da vida deles como o social e cultural, muitas vezes, escondidos pelas precárias condições de estrutura. Este projeto também visa promover a igualdade das famílias assentadas, com trabalho de assistência técnica através de métodos participativos, a adoção dos conceitos agroecológicos, a

cooperação e a economia popular solidária, bem como a garantia da capacitação continuada dos assentados. INCRA, Manual operacional de ATES (2008, p. 12),

A ATES tem como objetivo principal promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional; a sustentabilidade socioambiental e a promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia nas áreas de assentamento.

Desse modo, a assessoria técnica, social e ambiental tem o compromisso de realizar ações dentro do assentamento que melhore as condições de vida do assentado, através de inovações tecnológicas, dando a importância “ao saber do agricultor”, resgatando a história e consolidando a sua formação cultural. Pois, no assentamento a população que compõem é diversa, o que fica evidente as particularidades regionais. Esse procedimento é de fundamental importância para deixar o assentado consciente de seus valores para prosseguir com equilíbrio, autonomia em todas as suas atividades, com ou sem assistência técnica. A Concepção do programa de ATES é,

A Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), coordenada pelo INCRA, está prevista no Plano Plurianual do Governo Federal como uma ação orçamentária integrante do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, visando implantar um processo descentralizado de apoio às famílias dos (as) agricultores(as) assentados(as) em Projetos de Assentamento, criados ou reconhecidos pela autarquia. A ATES é executada em parceria com instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações não-governamentais (ONGs) ligadas à Reforma Agrária. (INCRA. Manual operacional de ATES, 2008, p. 12).

Porém, o que fica evidente no projeto de ATES é o compromisso que todos os envolvidos devem ter com as famílias assentadas, seja o INCRA e suas parcerias. As parcerias com as organizações governamentais ou não, são para dar agilidade ao processo produtivo, facilitando a comercialização e dar a estes assentados suportes de desenvolver suas atividades e evitar com isso o êxodo rural. Segundo LEITE (1994, p. 203),

A característica principal do programa de assentamento é a criação de novas pequenas propriedades em terras que, na maioria das vezes se encontram totalmente ociosas ou com baixa utilização na produção agrícola. O assentamento significa, portanto, a incorporação de novas terras ao processo produtivo do país, com a conseqüente criação de empregos, distribuição de renda, beneficiando a camada de pequenos agricultores, que formam a clientela típica da Reforma Agrária e do INCRA.

Assim, a extensão rural dentro do assentamento possui uma equipe técnica multidisciplinar composta de engenheiros agrônomos, agrícolas, florestal, técnicos florestal, agrícola e agropecuário, pedagogos e assistente social. Enfatizando o

trabalho do pedagogo que tem a junção de trabalhar com todos os profissionais no planejamento de todas as ações e estratégias e execução de forma a contribuir com a formação e organização do projeto, visando às constantes transformações de uma sociedade. O Programa de ATES aborda as seguintes ações dentro do assentamento:

1.1 AMBIENTAL

Dentre as concepções sobre desenvolvimento local que aborda sustentabilidade, refere-se ao não esgotamento dos recursos naturais que poderão ser imprescindíveis a gerações atuais e futuras. Diante disso, é de extrema importância a idéia de preservação e de conservação de recursos naturais limitados e não renováveis, ou seja, promover uma agricultura agroecológica, inovando nas práticas de manejo, permitindo que as famílias assentadas produzam com responsabilidades, preocupando-se com o meio ambiente em que vivem.

Hoje, a agroecologia continua a fazer conexão entre as fronteiras estabelecidas. Por um lado, a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agrossistemas, por outro, é um agente para mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham a necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável. (GLIESSMAN, 2005 p.56).

A agroecologia integra várias junções de conhecimento e não uma disciplina específica, com isto vem sendo uma manifestação de grande destaque no mundo todo, para reduzir os insumos químicos, o monocultivo, produzindo alimentos mais saudáveis, com ética ambiental, responsabilidades, entendendo melhor a biodiversidade no campo agrícola. Para ANDRADE JÚNIOR (2008, p. 04),

No senso comum, refere-se ao ambiente físico ou “natural”, que contém os seres humanos e demais espécies vivas. Para fins deste estudo, no entanto, o conceito é expandido para englobar não apenas o entorno físico, mas também os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos inter-relacionados. Em conseqüência, por educação ambiental entende-se a dimensão dada ao conteúdo e a prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

Neste aspecto a ATES, deverá levar ações que der sustentabilidade ambiental, pois nos últimos anos existe uma grande preocupação com as praticas que agridem o meio ambiente principalmente na área de assentamento, tais como mau uso do solo, desmatamento nas áreas de reserva permanente e área de

reserva legal, uso de produtos químicos sem controle, uso do fogo entre outros. OLIVEIRA (2008, p. 4), explicita,

A Educação Ambiental, enquanto componente da ciência geográfica, intermedia o diálogo entre o homem e o meio, propondo assim uma nova forma de encarar a situação que vivenciamos na atualidade, visando a resolução de problemas que hoje já nos causam danos e são de possível solução, um deles é o problema dos resíduos sólidos.

Desenvolver um trabalho de educação ambiental as famílias assentadas é objetivo da ATES, contribuindo com as praticas agroecologica a médio, a longo prazo, assim este processo tem que realizado no dia a dia do assentado agricultor, com palestras educativas, campanhas de preservação e conservação do meio ambiente. Segundo FREIRE (2006, p.97),

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio 'eu', submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse as constantes revisões. A análise crítica de seus 'achados'. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos.

É de grande importância promover ações no programa de ATES, de acordo com a realidade do assentado, assegurando técnicas que cause menos impacto possível à flora e fauna, de modo que todos entendam que é importante produzir, mas sem agredir a natureza. Para MEDINA (1994, p. 9),

O ambiente se gera e se constrói ao longo do processo histórico de ocupação e transformação do espaço por parte de uma sociedade. Portanto, surge como síntese histórica das relações de intercâmbio entre sociedade e natureza. (...) O homem entrou na história acreditando ser o centro do universo, capaz de transformar a natureza e de utilizar os recursos naturais para si, não somente abrangendo o ecossistema e suas inter-relações. Pensou em sua sobrevivência, progresso e conforto, e deixou de pensar que os recursos são esgotáveis e que se a Terra ficar imprópria para a nossa moradia não teremos para onde fugir.

Assim, é necessário romper com a agricultura tradicional, fomentando a participação das famílias assentadas, com técnicas que gere responsabilidade ambiental e social, visando contribuir com as futuras gerações, com respeito à natureza, agregando valores a produção com manejo adequado, estimulando tecnologias ecologicamente correta, eficientes e com isso assegurar o desenvolvimento nos assentamentos.

A finalidade da educação ambiental é, de fato, levar à descoberta de certa ética, fortalecida por um sistema de valores, atitudes, comportamentos, destacando, entre os primeiros, questões como a tolerância, a solidariedade ou a responsabilidade. A educação ambiental também deveria permitir o

progresso na busca dos valores mais adequados a um verdadeiro desenvolvimento. (ARROYO; DIAZ, 2002, p. 37).

Diante disso, espera-se colaborar na transformação da pedagogia da educação ambiental, como ações da prática social, que produza o desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, tornando-a mais próxima da ética ambiental. Segundo LEFF (2004, p. 257),

A educação ambiental traz consigo uma nova pedagogia que surge da necessidade de orientar a educação dentro do contexto social e na realidade ecológica e cultural onde se situam os sujeitos e atores do processo educativo. Por um lado, isto implica a formação de consciências, saberes e responsabilidades que vão sendo moldados a partir da experiência concreta com o meio físico e social, e buscar a partir dali soluções aos problemas ambientais locais.

Entretanto, a educação ambiental determina utilização de metodologia que constitui procedimentos de transmissão crítica de conhecimentos, valores políticos, sociais e históricos. A educação ambiental analisada no aspecto pedagógico exige uma reflexão, dos problemas ambientais e a educação. Assim o projeto de ATES, desempenha um papel fundamental, para o desenvolvimento da conscientização dos seres humanos, na mudança de atitudes em relação ao meio ambiente.

1.2. PRODUTIVO

O sistema de produção no assentamento, ainda possui um perfil agropecuário, forma tradicional da agricultura familiar, com uso de queimadas na hora de fazer o seu roçado, que com passa do tempo utilizando essa pratica vai diminuindo a fertilização do solo, e conseqüentemente diminuem a produção, os adubos orgânicos nas propriedades são descartados, pois muitas vezes desconhecem que o adubo esta em sua própria terra.

Segundo CALDART (2004, p. 100),

O trabalho na terra, que acompanha o dia-a-dia do processo que faz de uma semente uma planta e da planta um alimento, ensina de um jeito muito próprio que as coisas não nascem prontas, mas, sim, que precisam ser cultivadas; são as mãos do camponês, da camponesa, as que podem lavar a terra para que chegue a produzir o pão. Este também é um jeito de compreender que o mundo está para ser feito e que a realidade pode ser transformada, desde que se esteja aberto para que ela mesma diga a seus sujeitos como fazer isto, assim como a terra vai mostrando ao lavrador como precisa ser trabalhada para ser produtiva.

Diante disso, o papel da equipe técnica de ATES junto a famílias

assentadas, é a geração de conhecimentos que viabilize formas de produzir e gerar renda, de forma sustentável, diversificando sua produção, levando tecnologias viáveis a serem implantadas dentro do assentamento de acordo com a política de ATES, tais como:

- ✓ Implementação ou revitalização de SAF's(Sistema Agroflorestal);
- ✓ Produções de mudas, visando a independência do agricultor assentado dos produtores de mudas externam;
- ✓ Realização de curso dentro das comunidades do assentamento, de acordo com a necessidade local produtiva;
- ✓ Implementação de hortas nas unidades familiares;
- ✓ Manejo de pastagem, de modo a evitar abertura de novas áreas para pastejo;
- ✓ Projetos produtivos financiados através do PRONAF

A mandioca se destaca na produção dos assentados, mas é preciso agregar valor ao produto, pois muitas famílias produzem somente para o consumo, e para aumentar a produtividade, vender produtos com qualidade, é necessário planejar e executar de acordo com a comunidade e seus costumes, de modo que todo sistema esteja organizado, seja através de associações ou cooperativas, principalmente no momento de comercializar, onde os custos se tornam mais baixo, quando trabalham através de organizações. Segundo BOGO (2000, p. 83):

O conhecimento deve ser um pilar fundamental para desenvolver nossa revolução cultural, pois devemos resgatar experiências positivas e compará-las como nossa realidade cultural para chegar a uma síntese exata do que devemos fazer, para evitar influências de conhecimentos atuais que prejudicam o avanço da organização social e de produção do campo.

Entretanto, se faz necessário um esclarecimento de toda tecnologia e o que pode render se forem adaptados os conhecimentos empíricos que possui com novas técnicas. Portanto, são diversas as técnicas que serão levadas ao assentamento, mas deve ser estudada com cuidado cada situação, envolvendo toda família no processo produtivo, promovendo a interação de renda.

Para HAESBAERT (1999, p.175),

Identificar, no âmbito humano-social, é sempre identificar-se, um processo reflexivo, portanto, e identificar-se é sempre um processo de identificar-se com, ou seja, é sempre um processo relacional, dialógico, inserido numa relação social. Além disso, como não encaramos a identidade como algo dado, definido de forma clara, mas como um movimento, trata-se sempre de

uma identificação em curso, e por estar sempre em processo/relação ela nunca é una, mas múltipla.

Por isso é imprescindível a presença da assistência técnica de ATES, para promover a integração em todo sistema produtivo. A gestão das organizações está voltada a buscar o comprometimento entre os assentados, conciliando interesses e percepções diferentes, viabilizando o progresso, agregando produção e meio ambiente.

A análise da prática produtiva abre a possibilidade ao estudo sério, que deve ir gradativamente aprofundando-se, de uma temática rica e plural. Esta temática plural e rica abarca desde as técnicas agrícolas – a semeadura, a colheita, o tratamento da terra, o combate às pragas, à erosão, até a compreensão mesmo do ato de produzir. (FREIRE, 1977, p.162).

A possibilidade de motivar e sensibilizar os produtores assentados são um desafio para agricultura, quanto à importância de concretizar as proposta de ATES, baseado nos princípios participativo, dinamizando suas técnicas de cultivo, cujas ações dependem de assessoria técnicas para promover o desenvolvimento sustentável, fortalecendo as técnicas de cultivo que articule as necessidades de enfrentar a falta de tecnologias e os problemas de produção nas comunidades do assentamento.

1.3. EDUCATIVO

A estrutura organizacional de um sistema educacional é um processo contínuo e permanente que demanda dos profissionais da educação cada vez mais, o que é indispensável dentro de um projeto de assentamento, pois é necessário supervisionar os trabalhos de modo que atenda as exigências de uma sociedade que está evoluindo constantemente em todos os setores, envolvendo todos que compõem.

A própria justificativa para a existência de um serviço de extensão é o de estimular a população rural para que se processem mudanças em sua maneira de cultivar a terra, de criar o seu gado, de administrar o seu negócio, de dirigir o seu lar, de defender a saúde da família, de educar os seus filhos e, por fim, de trabalhar em favor da própria comunidade". (<http://www.ambientebrasil.com.br>).

É imprescindível a mudança na extensão rural dos assentamentos, pois com a complexidade da agricultura, se faz necessário organizar, ensinar, levando em conta as questões sociais, ambientais com metodologia, que realmente o assentado

agricultor entenda esse procedimento. Segundo BOURDIEU (2000, p.129),

... Na lógica simbólica da distinção – em que existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade sobre outra.

Portanto, o processo educativo que deveria ser permanente e contínuo, no campo, percebe-se a falta de uma formação contínua. Pois, em algumas comunidades existem assentados que não possuem nenhuma experiência em cultivos com a terra, eram garimpeiros, carpinteiros entre outras profissões, que foram assentados quando desempregados estavam na cidade, o que faz necessário repassar conhecimentos de como cuidar da terra, dos igarapés, do solo, para que não venda suas terras ou destrua a natureza, mas sim torne a sua propriedade produtiva que melhore a qualidade de vida, reconhecendo as diferenças, preocupando com a ordem social, bem como o comprometimento com a realidade local. Segundo FREIRE (1992, p.28)

O conhecimento só se constrói em um processo de aprendizagem e no processo de aprendizagem só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas.

O programa de ATES tem a preocupação de utilizar métodos com padrão educativo, em que o agricultor assentado perceba a importância dessa mudança, respeitando os conhecimentos, fortalecendo e consolidando, o desenvolvimento sustentável, através de unidades demonstrativas, unidades de observação, mostrando resultados, e que as famílias assentadas vejam a viabilidade da técnica aplicada na agricultura, acompanhando, apoiando, direcionando as ações com capacitações permanentes. De modo a envolver todas as famílias assentadas, inovando seu papel na extensão rural. Para FERNANDES et al. (2004, p. 137),

(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra.

A educação no campo é imprescindível nas transformações dos direitos sociais adquiridos as famílias, pois o processo educativo subsidia na organização de políticas e práticas pedagógicas, de modo que todos possam ser inclusos, nas mudanças da realidade local, através da educação, favorecendo os saberes que

possam operar no seu dia-a-dia, assim a ATES, pretende contribuir na mudança do processo educativo, pois ao longo da história do assentamento nunca teve uma educação voltada para o campo.

1.4. ORGANIZATIVO

A assistência técnica caracteriza-se por ser uma atividade educativa, no intuito de desenvolver as potencialidades e habilidades das famílias assentadas, partindo-se do princípio de que o produtor rural mais esclarecido é capaz de participar conscientemente do processo de desenvolvimento de uma comunidade. A extensão nos assentamentos proporciona o desenvolvimento socioeconômico e cultural, viabilizando a capacidade de administração dentro de sua propriedade.

... A prática da mediação pode ser também entendida como a faculdade de desenvolver nos atores a capacidade de questionar suas práticas e ações cotidianas e de refletirem sobre suas próprias experiências no momento em que elas mesmas se elaboram, visando construir novas representações e assim produzir e ser responsável pelas suas próprias histórias, de colocar suas existências como condição de historicidade (SIMÕES, 2004 p. 3).

A organização é de grande importância, entretanto ainda se enfrenta dificuldades, já que muitos resistem à coletividade, apesar de assentamento representar luta social, estão desacreditados de programas do governo que prometem, mas na hora de executar deixam a desejar. A ATES vem para mudar essa realidade de desconfiança e desesperança, demonstrando possibilidades de desenvolvimento para alavanca a estruturação, organização das comunidades dentro do assentamento.

O exercício de mediação não pode ser assumido sem o questionamento de determinadas formas de dominação (econômica política e simbólica). Este conhecimento por vezes opera na desqualificação de saberes e modos de participação entre outros tantos contextualmente valorizados diante da proposição de outras formas de integração; ou desnaturalizados pela intermediação de agentes deslocados de outros aparatos institucionais, apresentados e auto-definidos como experts de processos de mudança. (NEVES, 2004, p. 5).

O processo de mudança deve ocorrer gradualmente criando situações de aprendizagem que contemple a organização do coletivo, compreendendo as dificuldades enfrentadas pelos assentados, seja de moradia, escoamento de sua produção, falta de transporte, dificuldade de políticas de financiamento, infraestrutura em geral. Desse modo, é necessário buscar soluções que possam

favorecer a vida das famílias assentadas. De acordo com SINGER (2002, p.10)

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (...).

Portanto, faz-se necessário aplicar técnicas de organização de acordo com a realidade cada comunidade, fortalecendo as associações e cooperativas existentes ou até mesmo incentivando em comunidades que não tem uma forma organizativa a implantar, baseado nos princípios da cooperação autogestionária, onde as famílias assentadas possam refletir, questionar, negociar e liderar seu próprio trabalho, viabilizando mudanças dentro do assentamento, esse e o papel da ATES.

[...] as associações e as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade [...]. Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política de luta contra a burguesia, para ir acumulando forças para a realização da Reforma Agrária. (GÖRGEN e STÉDILE, 1991, p. 146).

As associações e as cooperativas possibilitam a organização do trabalho, aumentam-se as vantagens de buscar melhorias em prol da coletividade, pois são diferentes as habilidades, e no grupo sempre existe solidariedade diante das dificuldades enfrentadas, e assim poder lutar por condições, mas dignas, obtendo o grau de satisfação entre as famílias assentadas, promovendo a integração do desenvolvimento regional. Segundo SINGER (1998, p. 130),

A vantagem oferecida pelas cooperativas, e que explica grande parte do seu êxito relativo, é que a forma cooperativa de organização, seja do consumo ou da prestação de serviços ou da produção para os mercados, permite e compele o diretamente interessado a participar nas discussões e negociações sobre questões de seu interesse.

Sendo nesse caso, de grande necessidade a equipe interdisciplinar da ATES, orientando seja para regularizar, facilitar o processo organizativo. É importante também, organizar um grupo de mulheres, onde as mesmas possam realizar uma atividade e ajudar na renda familiar, e principalmente a inclusão social com dignidade e a valorização humana, destacando a importância que a mulher exercer dentro do assentamento. Para BRANDÃO (1989, p. 25),

Tudo o que existe disponível e criado em uma cultura como conhecimento que se adquire através da experiência pessoal com o mundo ou com o outro; tudo o que se aprende de um modo ou de outro faz parte do processo

de endoculturação, através do qual um grupo social aos poucos socializa, em sua cultura, os seus membros, como tipos de sujeitos sociais.

Dessa forma, a organização do assentamento é primordial, envolvendo todas as famílias, criando condições de trabalho, criatividade e autonomia, sem tornar uma assistência técnica assistencialista. Portanto, as condições de trabalho devem permitir a economia solidária, criando condições sociais, ambientais e econômicas das famílias assentadas.

1. 5. DIRETRIZES DE AÇÃO DA ATES

De acordo com o Manual de ATES (INCRA,2008, p. 67-68),

- ✓ **Redução da Pobreza Rural:** desenvolver e implementar ações articuladas com as políticas públicas voltadas à construção da equidade social, econômica e valorização da cidadania, visando à redução da pobreza rural, da discriminação e da exclusão das famílias assentadas.
- ✓ **Sistemas de Produção Sustentáveis:** incentivar o uso de sistemas de produção, baseados nos princípios da Agroecologia, com o objetivo de orientar o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, por meio de uma abordagem sistêmica e de processos participativos, estimulando o processo organizativo e o protagonismo das famílias assentadas.
- ✓ **Geração de Renda e Agregação de Valor:** implementar ações para a geração de renda e ocupação no meio rural, por meio de processos sustentáveis, tendo como referência o paradigma tecnológico estabelecido pela PNATER, compreendendo o apoio às cadeias produtivas, atividades não-agrícolas, agroindustrialização e comercialização da produção.
- ✓ **Segurança Alimentar e Nutricional:** fomentar, a partir das ações de assistência técnica e extensão rural, a diversificação da produção e o consumo de alimentos regionais, com base nas especificidades culturais e em práticas alimentares promotoras da saúde, de forma a garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias.
- ✓ **Qualificação do Crédito Rural:** implementar ações que visem qualificar as famílias assentadas, em relação ao uso dos créditos produtivos, de forma a ampliar a renda e melhorar os sistemas de produção utilizados.
- ✓ **Gênero, Raça e Etnia:** assegurar que as ações de ATES, adaptadas aos diferentes territórios e realidades regionais, sejam construídas a partir do reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero e geração, e das condições socioeconômicas e culturais.
- ✓ **Metodologias Participativas:** desenvolver ações de ATES com base em processos que potencializem a participação das famílias assentadas, reconhecendo a diversidade de gênero e geração, como instrumento de empoderamento e desenvolvimento de ações sustentáveis.
- ✓ **Articulação Territorial de ATES:** atuar em conjunto com as demais organizações, no processo de desenvolvimento territorial, garantindo a universalização dos serviços de assistência técnica e extensão rural nos territórios existentes.

✓ **Questões Ambientais:** promover ações que desenvolvam a utilização e o manejo sustentáveis dos recursos naturais, seguindo as orientações dos normativos do Programa de ATES, com ênfase na recuperação dos passivos ambientais existentes nos assentamentos.

Desse Modo, as ações devem ser desenvolvidas, possibilitando transformação dentro do assentamento, que promova o desenvolvimento sustentável, fortalecendo as atividades produtivas da agricultura familiar. Diante disso, as diretrizes da ATES constitui mais próxima da realidade local, as contribuições vão além dos aspectos tecnológicos ou agronômicos, incorporando variáveis econômicas, sociais e ambientais, assim como, políticas e éticas da produção agrícola e do desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Assim, é preciso articulação com os atores que representam e vive o universo da extensão rural, possibilitando a construção de um projeto político e pedagógico na interação do cotidiano e nas expectativas dos trabalhadores rurais que vivem nos assentamento, inseridos na multiplicidade da situação. Numa visão mais ampla, a Reforma Agrária é viável na medida em que consiga congrega a força dos trabalhadores rurais do assentamento, e assim traga soluções socioeconômicas.

Para que sejam efetivados a valorização e os projetos de assentamento é preciso considerar principalmente as particularidades de seus sujeitos a fim de partir de uma educação que tenha participação e que seja significativa a todos os sentidos da vida do trabalhador do campo.

CAP. II

2. O PAPEL DO SUPERVISOR EDUCACIONAL

A função do supervisor na história educacional brasileira o profissional de pedagogia, desempenha diferentes funções, independentemente da estrutura organizacional pré-estabelecidas politicamente, em seus diferentes cargos atribuições, destaca-se o cargo de supervisor educacional. Neste contexto, é importante enfatizar, segundo LUZIRIAGA (1985), a necessidade do Pedagogo nas instituições, visto que, a promoção de programas relacionados à gestão pedagógica faz-se cada vez mais necessário diariamente dentro de uma empresa”. Assim, o supervisor educacional atua sempre comprometido com a educação, auxiliando as pessoas a ter um comportamento ético dentro de uma organização.

A pedagogia, nos últimos anos vem abrindo novas oportunidades de trabalho para os profissionais da área que vão além do universo escolar, inserida também no ambiente das organizações. Desse modo, o trabalho do pedagogo nas empresas, tem se constituído, numa das áreas ainda pouco divulgada. Em decorrência desse pouca propagação, muito desconhecem às possibilidades de atuação desse profissional. Portanto, não só a escola é favorecida pelas atividades pedagógicas, mas também as organizações e empresas, visto que a demanda dessas instituições vêm aumentando devido à necessidade de se adquirir novos conhecimentos e diversificar as formas de atuação. Segundo LUZIRIAGA (1985, p.02)

Pedagogia é a ciência da educação: por ela é que a ação educativa adquire unidade e elevação. Educação sem pedagogia, sem reflexão metódica, seria pura atividade mecânica, mera rotina. Pedagogia é ciência do espírito e está intimamente relacionada com filosofia, psicologia, sociologia e outras disciplinas, posto não dependa delas, eis que é ciência autônoma.

Diante dessa afirmação, entende-se que a Pedagogia deve ser uma área especializada em estudos e ações pautados com a ciência pedagógica, que trata do multimensionamento do processo de ensino aprendizagem, podendo atuar em várias áreas da prática educativa, objetivando a formação humana previamente determinada no contexto histórico. Este novo conceito pedagógico proporciona a ampliação do conhecimento para os diversos setores sociais, bem como atender as inovações do mercado de trabalho. Dessa forma,

A Ciência da Educação (Pedagogia) será dialética na medida em que, partindo do interesse libertário do conhecimento de uma teoria crítica da sociedade, voltada à emancipação e libertação dos homens (humanização), tornar possível a ela (a Pedagogia) a antecipação de uma práxis educacional transformada. (PIMENTA, 2001, p. 49).

Diante do exposto, a Supervisão pedagógica ainda necessita de grandes transformações com intuito de cumprir o seu papel na sociedade, que é educar para a cidadania, capaz de transformar modelos pré-estabelecidos, inovando os paradigmas. Assim, a Supervisão inovadora será percebida levando-se em conta o ensino-aprendizagem, superando simples execução de tarefas e a 'fiscalização' do trabalho realizado. No contexto atual, as empresas têm que se atualizar e investir em metodologias que facilitem a aprendizagem continuada, pois com a globalização é fundamental dá condições de produção, de modo a formar trabalhadores polivalentes de acordo com as exigências do mercado. Para LIBÂNEO (2002, p.35), o supervisor educacional é como,

um agente de mudanças, facilitador, mediador e interlocutor, um profissional capaz de fazer a articulação entre equipe diretiva, educadores, educandos e demais integrantes da comunidade escolar no sentido de colaborar no desenvolvimento individual, social, político e econômico e, principalmente na construção de uma cidadania ética e solidária.

O Pedagogo deixou de atuar somente nas escolas e gradativamente passa a conquistar seu espaço na sociedade e amplia sua ação no mundo empresarial, e o profissional passou a ser solicitado em outros domínios educacionais, envolvendo as competências de supervisão que recomenda no processo de relacionamento com os grupos, no qual é um elo entre a equipe e o sucesso da empresa, promovendo um papel estratégico nessa ação pedagógica, pois determina o modo como a empresa será administrada e desenvolvida para se manter competitivo. Desse modo, a educação é fundamental para a vida pessoal e social do ser humano, pois atua como agente de mudança. Proporciona o entendimento em coletividade e intercâmbio entre diferentes povos e culturas, o que acaba por gerar a aquisição de novos conhecimentos. Para RIBEIRO (2003, p.10),

O Pedagogo Empresarial precisa de uma formação filosófica, humanística e técnica sólida a fim de desenvolver a capacidade de atuação junto aos recursos humanos da empresa. Via de regra sua formação inclui disciplinas como: Didática Aplicada ao Treinamento, Jogos e Simulações Empresariais, Administração do Conhecimento, Ética nas Organizações, Comportamento Humano nas organizações, Cultura e Mudança Nas Organizações, Educação e Dinâmica de Grupos, Relações Interpessoais nas Organizações, Desenvolvimento organizacional e Avaliação do Desempenho.

Neste contexto, este profissional deve buscar novas oportunidades, tendo o

entendimento de seu papel dentro da empresa, pois com a vivência de outros espaços, fora do espaço escolar, o pedagogo poderá contribuir com as empresas que se preocupam com ambiente de trabalho. Assim, toda empresa em que seus profissionais passam por treinamento de qualificação, fica evidente o avanço da empresa, cujos mesmos estarão habilitados para enfrentar a concorrência. Hoje em dia, as empresas estão buscando uma aprendizagem contínua que possam transferir conhecimentos, não se esquecendo de humanizar, ajudando no processo participativo e cooperativo. A pedagogia na visão de LIBÂNEO (1997, p. 132),

É uma área do conhecimento que investiga a realidade educativa no geral e no particular, onde a ciência pedagógica pode postular para si, isto é, ramos de estudos próprios dedicados aos vários âmbitos da prática educativa, complementados com a contribuição das demais ciências da educação. Ou seja, a atuação do pedagogo é ampla e vai além de aplicação de técnicas que apenas visam a estabelecer políticas educacionais no contexto escolar.

Fica evidente que muitas são as atribuições do pedagogo nos dias atuais, então considera-se que a educação no campo, segue como um fator essencial, na luta contra uma sociedade excludente, para que sejam realizado os processo de formação no assentamento. Entendo a importância sobre o desenvolvimento, mas, sobretudo das políticas públicas é que no projeto de assentamento os pedagogos participam na construção de valores e formação de indivíduos empenhados com a realidade social.

Nesse sentido o supervisor pedagógico requer o domínio de liderança, para que ocorram melhorias no ensino-aprendizagem, orientando e dando assistência, sendo mediador e ajudando nas atividades educativas desenvolvidas pelos técnicos educadores, sabendo articular o administrativo com o pedagógico, em constante diálogo com a equipe de trabalho. Segundo CHIAVENATO (2000, p.13),

para fazer uma empresa ou departamento produzir resultados, o administrador deve desempenhar funções ativadoras tais como liderança e motivação. Para isso, é fundamental o planejamento de metas, com realização de cursos de qualificação, com realização de palestras, estudos de novas idéias, com avaliação do desempenho do grupo.

Essa nova forma de conceber a supervisão pedagógica distingue um redirecionamento de trabalho, no sentido de buscar soluções, contribuindo com a prática de saberes. Como afirmar FERREIRA (2007, p.89) que *“A educação, portanto, sendo exercida e executada pelos especialistas e, mais especificamente, controlada pelo supervisor, vai atuar como motor do processo de desenvolvimento.”*

Segundo VILLAS BOAS (2006, p.65),

Pensar a prática da supervisão é, sobretudo, examiná-la nas grandes funções em que se desenvolva. É analisá-la desde o planejamento do currículo, procedido de adequada diagnose, ao acompanhamento de sua execução, com tudo que representa de orientação e controle, e ao seu aperfeiçoamento, considerados os recursos humanos, materiais e técnicos empenhados.

A sua formação deve ser, portanto, consistente para sensibilizar o grupo para as modificações educacionais. Seu fazer não pode desconsiderar as contradições, mas mediar os conflitos. A supervisão deve ser construtiva, não fiscalizadora, assim, é importante que o supervisor prepare-se para o diálogo aberto com a equipe de trabalho e que adquira conhecimentos ínfimos fundamentais para não se manter alheio ao conhecimento das demais áreas. É imprescindível que no trabalho de supervisão criar um ambiente de autoconfiança e equilíbrio, levando o conhecimento do seu valor pessoal e profissional. Diante disso, cabe o gestor de pessoas direcionarem essa formação, uma vez que a construção do conhecimento está diretamente ligada aos níveis de produção e rentabilidade, em suma o supervisor tem que dá assistência às pessoas com qual trabalha, para desenvolver as suas próprias potencialidades. Portanto, o supervisor pedagógico, desempenha um papel fundamental na educação, mais é necessário para que ela seja humanizada na transformação da realidade, pois ainda existe uma dicotomia entre os fundamentos teóricos e práticos que sustentam a prática pedagógica do supervisor e demais profissionais que atuam em uma equipe.

CAP III

**3.SUPERVISÃO EDUCACIONAL PEDAGÓGICA NO DESENVOLVIMENTO
TÉCNICO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO MOJU I E II DO MUNICÍPIO DE
SANTARÉM – PA**

A Supervisão pedagógica da ATES dentro do assentamento é imprescindível, pois articular e mediar os saberes cotidiano, com criatividade, inserção social das famílias assentadas, estimulando a autonomia no desenvolvimento. Além disso, prepara os profissionais que estão atuando nos assentamentos, para lidar com diversas situações, tendo o compromisso de formar líderes atuantes em suas comunidades, comprometidos com a mudança, de acordo com a realidade das famílias assentadas. Segundo MASSELI (1998, p. 57),

Enquanto instrumento democratizante da relação entre técnicos e assentados, a Educação Libertadora pretende ser um instrumento do qual lancem mão tanto técnicos como assentados, ambos como sujeitos, empenhados em não reproduzir o autoritarismo das relações de dominação, que prevaleceu na constituição de ambos.

A atividade dentro do assentamento exige técnicas pedagógicas adequadas com valores éticos, resgatando a dignidade humana, para lidar, de acordo com a necessidade, desenvolvendo um olhar crítico das famílias assentadas, incentivando a participar do processo político social das comunidades, daí a importância do treinamento da equipe multidisciplinar, que orienta, ensina em oficinas com brincadeiras e danças regionais, corrida de saco, pula corda, quadrilha, oficina de como confeccionar produtos não madeireiro, a própria organização local entre outras atividades, com o intuito de valorização de suas histórias de vida.

A educação, objeto de investigação da Ciência da Educação (Pedagogia), é um objeto inconcluso, histórico, que constitui o sujeito que o investiga e é por ele constituído. Por isso, não será captado na sua integralidade, mas o será na sua dialeticidade: no seu movimento, nas suas diferentes manifestações enquanto prática social, nas suas contradições, nos seus diferentes significados, nas suas diferentes direções, usos e finalidades. Será captado por diferentes mediações que revelam diferentes representações construídas sobre si. (PIMENTA, 2006, p. 58).

Esses treinamentos auxiliam no entrosamento de grupos de líderes das associações e comunidades, incentivando a lutar por seus direitos, refletindo de como estão produzindo e conduzindo suas famílias, já que a equipe técnica visita cada propriedade, a gestão pedagógica é fundamental para realização de ações integradas de modo, que todos participem das atividades. Diante das grandes

dificuldades que o assentamento enfrenta de infra-estrutura, questão social, ambiental e organizacional a metodologia participativa da ATES busca um processo educativo sustentável na agricultura e praticas agroecológicos. De acordo com a visão de BERGAMASCO et.al.(1990, p. 47),

Acompanhar o fazer-se dos assentados e dos assentamentos, revendo percursos, enfrentando o desejo de buscar compreender novos cenários e novos atores; afinal a história de suas vidas e comprovadamente diferenciadas, e, quando reconstruídas nos depoimentos colhidos, aponta para um mapa desenhado por múltiplas flechas e indica um longo e exaustivo processo migratório.

A consolidação da ATES é muito importante, tanto para técnicos, engenheiros, pedagogos, assistente social e os próprios agricultores, que ajam de acordo com o manual de ATES, com o propósito de mudar a realidade individual social de cada um, suas atitudes, bem como “modernizar” a agricultura, com equipamentos adquiridos através das associações ou cooperativas, evitando tantas queimadas, utilizando praticas ecológicas e com isso promover a fixação do homem em sua terra, conscientizando de sua importância no assentamento, construindo princípios de igualdade entre as famílias assentadas. Para FREIRE (1982, p.36)

A ação cultural como a entendemos não pode, de um lado, sobrepor-se à visão do mundo dos camponeses invadí-los culturalmente; de outro, adaptar-se a ela. Pelo contrário, a tarefa que ela coloca ao educador é a de, partindo daquela visão, tomada como um problema exercer, com os camponeses, uma volta crítica sobre ela, de que resulta sua inserção, cada vez mais lúcida, na realidade em transformação.

O serviço de extensão rural com a política de ATES inova com os saberes pedagógicos, humanos e sociais, com o propósito de levar as famílias questões de acordo com os saberes do campo, valorizando o saber do agricultor assentado, não somente ensinando, mas aprendendo os saberes empíricos dos assentados, uma forma educativa de uma agricultura agroecologica, livre de uma agricultura capitalista. De acordo com CAPORAL e COSTABEBER (2004, p. 12),

Por se tratar de um processo social, isto é, depender da intervenção humana, a transição agroecologica implica não somente a busca de uma maior racionalização econômico-productiva, mas também numa mudança nas atitudes e valores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.

Entretanto para essa mudança de paradigma a gestão pedagógica é fundamental, pois valoriza os conhecimentos do homem do campo, permitindo a sua sobrevivência no assentamento. Entretanto, a mudança não ocorre com a imposição, mas sim têm todo processo educativo de ambos as partes, técnicos e

assentados. Segundo FREIRE (2001, p.104),

Ditamos idéias. Não trocamos idéias. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de busca de algo que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura.

Diante desta citação de FREIRE, a educação transformadora, respeita conhecimentos, valorização dos saberes múltiplos, que no programa de ATES deve ser conduzido pela gestão pedagógica, devido sua complexidade de ensino aprendizagem, assegurando as origens culturais do assentamento. Segundo FERNANDES e MOLINA (2005, p. 9),

O movimento Por uma Educação do Campo recusa essa visão [do latifúndio], concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir um *modus vivendi* que respeite as diferenças quanto à relação com a natureza, com o trabalho, sua cultura, suas relações sociais. Esta neoconcepção educacional não está sendo construída para os trabalhadores rurais, mas por eles, com eles, camponeses. Um princípio da Educação do Campo é que sujeitos da educação do campo são sujeitos do campo: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias.

Um novo paradigma baseia-se na abordagem do engenheiro, técnicos de transmitir conhecimentos, potencializando o conhecimento local com equilíbrio, mudando o que antes muitos extensionistas faziam de repassar tecnologias, sem se preocupar com um enfoque multidisciplinar na extensão rural. A assistência técnica inovar com as reivindicações dos movimentos sociais, dos assentados com pressupostos agroecológicos e desenvolvimento sustentável, possibilitando a equipe técnica de assumir o papel de técnico educador, com responsabilidades individuais.

Segundo COELHO (2005, p.3).

Antes de indagar por que o agricultor faz assim e não do outro jeito, o técnico/ profissional, cientificado e acadêmico, considera que ele faz tudo errado. Ou, simplesmente, conclui que não é assim que se faz.

É necessário mudar a visão do extensionista tradicional, e construir uma visão holística e humanista, que escute, observe, reconhecendo seus limites, e procurando ajuda com um especialista quando necessário do assunto em questão, e com isso melhorar o entendimento entre assentado e técnico. Pois a imposição deixa o assentado desconfiado, sem acreditar nas idéias de mudança, é preciso

diálogo em uma relação de confiança. Como relata FREIRE (1983, p. 26), *“a prática, por sua vez, ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente”*. E ficar consciente dos fatos é o primeiro passo para a modificação. Ainda no relato de FREIRE (1983, p. 26),

Toda invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores. O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação.’

A assistência técnica de ATES deve assumir uma postura educativa, segundo CHONCHOL (1983, p.7), no prefácio do ensaio freiriano coloca em evidência os princípios educacionais que se constituem em indicadores para a superação da pedagogia bancária. Diz o seguinte:

Mais do que uma análise do trabalho como educador, do agrônomo equivocadamente chamado de “extensionista”, o presente ensaio nos parece uma síntese muito profunda do papel que Paulo Freire assinala à educação compreendida em sua perspectiva verdadeira, que não é outra senão a de humanizar o homem na ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo.

O processo de uma educação deve assegurar a história cultural de um povo, levando autonomia na coordenação dos próprios problemas da comunidade. Para FREIRE (1977, p.20), *“O que busca o extensionista não é estender suas mãos, mas seus conhecimentos e suas técnicas”*.

É preciso consolidar o papel do técnico educador dentro do assentamento, sabendo incorporar o saber do meio acadêmico com o saber adquirido no cotidiano, pois as diferentes situações vividas nas comunidades permitem conhecer individualmente os assentados na construção de saberes, e fortalecendo o trabalho em grupo. Segundo FREIRE (1979, p. 30), *“Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procura soluções.”*

Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias”. É uma trajetória longa busca a autonomia do agricultor assentado, em todo campo de suas atividades, mas é preciso superar as adversidades, criando condições de ampliar seu conhecimento e estruturar as ações numa relação harmoniosa. De acordo com FREIRE (1979, p. 22),

A questão é que a Reforma Agrária, como um processo global, não é algo que, não existindo anteriormente, passa a existir completa e acabadamente, com a instauração de uma estrutura nova. A reforma Agrária, por ser um

processo, é algo dinâmico. Dá-se no domínio humano. As relações homem _ realidade, que se verificavam na sua estrutura anterior, necessariamente deixaram sua marca profunda na forma de estar sendo do camponês. Mudada a velha estrutura, através da Reforma, se inevitável é que, cedo ou tarde, a estrutura instaurada condicione novas relações homem _ realidade, isto não significa que essa mudança se dê instantaneamente.

As mudanças não é algo fácil, essa concretização precisa ser trabalhada por todos os profissionais envolvidos, de modo a alcançar a Reforma Agrária tão sonhada, com sustentabilidade e responsabilidade, retomando o aspecto sócio econômico. Para FREIRE (1979, p. 22)

O compromisso, portanto, de um profissional da Reforma Agrária que a veja sob esta visão criticada, não pode ser verdadeiro, não pode ser o compromisso do profissional, em cuja ação de caráter técnico se esquece do homem ou se o minimiza, pensando, ingenuamente, que existe o dilema humanista _ tecnologia. E, respondendo ao desafio do falso dilema, opta pela técnica, considerando que a perspectiva humanista é uma forma de retardar as soluções mais urgentes.

A supervisão pedagógica dentro do assentamento da reforma agrária dá-se através do processo educativo entre homens e mulheres diariamente, onde há resgate de valores, auto-estima e agir, o apoio as suas realizações. Esta pedagogia é a forma das instituições neste processo e fundamental para apoiar combatendo a injustiça vivida no campo.

A Pedagogia não é, certamente, a única área científica que tem a educação como objeto de estudo. Também a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística ocupam-se de problemas educativos, para além de seus próprios objetos de investigação, e, nessa medida, os resultados de seus estudos são imprescindíveis para a compreensão do educativo. Entretanto, cada uma dessas ciências aborda o fenômeno educativo sob a perspectiva de seus próprios conceitos e métodos de investigação. É a pedagogia que pode requerer para si a investigação do campo educativo propriamente dito, como também de seus desdobramentos práticos, e com isso constituir-se em conhecimento integrador dos aportes das demais áreas. (LIBÂNEO, 2002, p. 67).

A equipe multidisciplinar, certamente dá o apoio necessário aos diversos trabalhos de caráter pluriativo, mas o profissional de pedagogia integra todas as áreas, socializando técnicas, problemas do cotidiano do assentamento, tais como ajudar a fazer um simples documento tais como ofício, organizando reuniões das associações, ajudando a lidar com os conflitos de família, até mesmo conflito de terras entre vizinhos, sem tomar partido de ambas as partes, buscando as alternativas que solucione todas as situações, dessa forma o processo educativo exige um trabalho de conscientização em toda fase do projeto de ATES, e um profissional versátil capaz de gerir ações dentro da área multidisciplinar, na busca de melhores ações. Segundo CANIELLO et al. (2004, p. 8),

Assim, no que diz respeito ao modo como o conhecimento é construído, salienta-se a necessária atenção ao 'capital cultural' existente, o qual é continuamente produzido no espaço pedagógico. O conhecimento, nessa perspectiva, não 'aparece' importado de uma fonte universitária, cujo veículo seria o professor, mas produz-se continuamente como resultado da interface entre o saber já consolidado, que é re-significado a cada encontro pedagógico, e o saber que se produz.

O profissional de pedagogia precisa conhecer os profissionais da empresa, dando o apoio educativo entre os funcionários, assim como aos assentados, visando engrandecer o entendimento entre as pessoas seja de relacionamento ou técnicas, pois antes de ser um profissional é preciso olhar primeiro o ser humano. Segundo FREIRE (1979, p.78),

A grande dificuldade que surge e que exige um alto sentido da responsabilidade, se baseia na preparação dos quadros de coordenadores e supervisores. Não porque haja dificuldades na aprendizagem puramente técnica do procedimento. A dificuldade está na própria criação de uma nova atitude, ao mesmo tempo tão velha no educador.

Daí a importância, do pedagogo de realizar treinamentos com atividades que integre os conhecimentos científicos associados às experiências da equipe multidisciplinar, adequando cada profissional a sua função, com conteúdos que valorize o ser humano, ajude a mudanças de atitudes, vendo os paradigmas com outros "olhos", uma formação continuada, na reconstrução de diferentes saberes. Segundo BRANDÃO (2006, p. 23), relata que:

Não há uma única forma, nem um único modelo de educação... Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nos envolvemos pedaços da vida com ela, para aprender, para ensinar, para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

A educação é contínua e ocorre à vida inteira, principalmente no mercado de trabalho e na atual sociedade, é importante a qualificação profissional, a aquisição de conhecimentos, já que as o desenvolvimento tecnológico ocorrem, sendo imprescindível à aquisição de habilidades que permitam enfrentar os desafios, e tornem o trabalhador apto a exerce sua função com mais segurança, dignidade e com amplo conhecimento de sua área no mercado de trabalho globalizado.

As intervenções do pedagogo entre a teoria e a prática, entre os profissionais da ATES é fundamental, pois é um obstáculo que precisam ser superados no trabalho em equipe, no seu tempo de trabalho como gestor da ação pedagógica, na integração de todas as atividades, visando renovação de conhecimentos, evitando dependência no processo educativo do agricultor assentado, pois na área rural um profissional pró-ativo, faz-se extremamente

necessário para a realização de ações coerentes solicitado pelo assentado, bem como este profissional deve estar aberto ao diálogo com as representações locais.

... A Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo, e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele. (CALDART: 2004, p. 18).

O Pedagogo atualmente abrange várias áreas não apenas escolar, elaborando e executando o planejamento, administrando, supervisionando, avaliando programas e projetos educativos, em ongs, cooperativas, prefeituras e outras instituições, promovendo o progresso humano; colaborar para a produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo; integrando o ensino, pesquisa e extensão, a partir da pesquisa. Segundo o relato de CALDART (2005, p. 30):

Compreender o lugar da escola na Educação do Campo é ter claro que ser humano ela precisa ajudar a formar, e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que se constituem no campo, hoje. A escola precisa assumir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização, com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações de trabalhadores e militantes sociais.

O processo educativo é uma condição primordial para que os indivíduos em uma instituição se tornem conscientes compreendam a importância do ensinamento, em seu trabalho, possibilitando a reflexão sobre a organização necessária em qualquer a rotina de atividades, o conteúdo, material didático e a linguagem direcionada ao público alvo. O aprendizado no campo, é um desafio que merece as mudanças sociais e com isso, possibilite a formação, vinculando às experiências de vida do assentado, assim como, os profissionais que trabalham na extensão rural, se tornem sujeitos participativos, capazes de estabelecer novos caminhos de conhecimento, fugindo de padrões tradicionais de opressão ao saber do agricultor assentado.

Para mudar essa realidade é importante, a equipe multidisciplinar, um profissional pró-ativo, capaz de inovar e incentivar os assentados a um saber cultural, com liberdade e autonomia para enfrentar suas limitações, mas acima de tudo a formação humanitária. Para FREIRE (1977, p.58), relata que,

Falar para um tecnicista da necessidade de sociólogos, de antropólogo, de psicólogos sociais, de pedagogos, no processo de reforma agrária, é algo que já provoca um olhar de desconfiança. Falar-lhe da necessidade de estudos na área da antropologia filosófica e da lingüística já é então um escândalo que deve ser reprimido.

A extensão rural de hoje, tem o foco, voltada para a construção de uma cidadania, onde não é somente o técnico que possui o saber, pelo contrário é preciso construir um conhecimento coletivo, valorizando os saberes múltiplo. Ainda nos relatos de FREIRE (1977, p. 62),

Enquanto que a concepção ingenuamente tecnicista da reforma agrária não leva em conta a permanência, na estrutura nova, do que era típico da anterior, julgando que a solução dos problemas está no “adestramento” técnico, a visão crítica – sem esquecer a capacitação técnica – coloca esta num quadro mais amplo.

Os técnicos de extensão, nesse sentido tem que ter consciência da valorização dos conhecimentos, não é apenas um pacote de tecnologias, mas sim a construção de novas estruturas, em um processo constante de conhecer os assentados, quanto as suas origens e histórias, participando de sua vida com diálogos, mudando assim a convivência de técnicos e assentados, contribuindo na formação de valores solidários e humanitários, numa concepção unilateral. Segundo FREIRE (1977, p. 78),

Educador- educando e educando – educador, no processo educativo libertador, são ambos sujeitos cognoscentes diante de objetos cognoscíveis, que os mediatizam. Poder-se-à dizer, e não tem sido poucas vezes que temos escutado: “ Como é possível pôr o educador e o educando num mesmo nível de busca do conhecimento, se o primeiro já sabe? Como admitir no educando uma atitude cognoscente, se seu papel é o de quem aprende do educador?

O conhecimento não é absoluto, os saberes tem que ser compartilhados, com questionamentos recíprocos, com o intuito de construir um ambiente de trocas de experiências, com o objetivo de organizar uma sociedade mais justa, que seja identificado pelos assentados como aquilo que eles almejam como algo construído por eles. Segundo MASSELLI (1998, p. 103),

(...) mesmo quando reconhecem que os assentados são portadores de algum saber, não reconhecem esse saber como sendo específico dos assentados (...) O que justifica a aplicação de uma tecnologia também inespecífica, pressupondo que uma proposta tecnológica é indistintamente boa para grandes e pequenos produtores (...) Qualquer que seja o grau de reconhecimento do saber do técnico, a postura tecnicista dificilmente chega a questionar seu próprio conhecimento. Nessa postura, o conhecimento científico produzido para atender os interesses do grande capital é concebido como solução inespecífica para qualquer dificuldade da produção agrícola, seja ela monocultura de exportação ou cultura de subsistência descapitalizada em área insuficiente.

É possível compartilhar os saberes com as comunidades trazendo a realidade do assentamento, colocada a possibilidade que educadores têm em criar e rever suas práticas a partir do contexto do assentamento, o que lhes exige um pensar por conta própria, um pensar carregado de intenção de hegemonia do conhecimento de educadores e assentados. Nesse sentido, tanto os pedagogos, como a equipe interdisciplinar necessita de uma formação continuada de educadores do campo, pois são espaços privilegiados de pesquisa, conhecimento das peculiaridades regionais, invenção e experimentação que contribui para atender as necessidades das famílias assentadas, assegurando uma integração entre as diferentes profissões. De acordo com NOBRE DAMASCENO (1993, p. 55),

Esse saber é entendido como o saber básico que os integrantes de um grupo social necessitam para participar do seu ambiente, qualificando-se por ser prático (em termos técnico, político, religioso etc), mediante o qual o sujeito interfere na vida cotidiana. Portanto o saber cotidiano refere-se a situações particulares, distinguindo-se do saber metódico.

O que tem acontecido na extensão rural, é que quando atua diferentes profissionais no campo, não conseguem por si só resolver os problemas do cotidiano, os resultados não tem sido aqueles esperados ficando aquém do que se deseja, muitas vezes há uma competição e individualismo entre profissionais, o que prejudica o diálogo entre equipes. É imprescindível que a equipe multidisciplinar tenha respeito um para com outro, de modo que haja um aprimoramento de informações, melhorando a qualidade do serviço prestado. De acordo com FREIRE (2000, p. 52),

O exercício de pensar no tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o quê das coisas, o para quê, o como, o em a favor de quê, de quem, o contra quê, o contra quem são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo.

O trabalho em equipe de ATES, a principio não é um trabalho fácil, pois conciliar opiniões de alguns integrantes que não absorve um trabalho solidário, resistente às mudanças, se tornam bem complicados, desse modo à gestão pedagógica é fundamental, para proporciona troca de experiências, organização e participação, cumprindo todas as metas desejadas. De acordo com MARQUES (1990, p. 24),

A Pedagogia não pode se limitar ao entendimento de como se dão as relações educativas de fato e ao estabelecimento de diretrizes gerais para a educação nos horizontes ampliados da emancipação humana e da maioria dos sujeitos. A ela incumbe, em consequência de sua função hermenêutica e crítico-reflexiva, presidir a organização e condução da

instituição educativa, no sentido de como se vão dar as relações internas de poder, mediadas pela infra-estrutura de recursos e controles, e de como se vão relacionar a gestão institucional, a dinâmica das relações interpessoais e a produção/circulação dos conhecimentos.

O processo de formação deve fomentar o desenvolvimento de uma nova postura do profissional, com respeito à função que executa, com um auto-disciplinamento, consciente de uma reeducação, acrescentando os saberes de sua qualificação profissional, associados aos instrumentos participativos com princípios educativos de educação popular, para entender a complexidade da extensão no assentamento, superando suas limitações para dá lugar ao técnico educador, capaz de encontrar alternativas para o êxito da agricultura familiar.

CAP IV

PROJETO DE ASSENTAMENTO MOJU I E II

4.1. INFORMAÇÕES GERAIS DO ASSENTAMENTO

O Projeto de Assentamento Moju I e II, localizado no município de Santarém, Placas, Belterra comporta cerca de 1552 famílias de pequenos agricultores. Essas famílias encontram-se organizadas espacialmente em 28 comunidades rurais: Aracuzinho, Sete Voltas, Coração de Mãe, Oliveira Sena, São Mateus, Nova Canaã, Nova Vitória, Princesa Izabel, Santa Rita de Cássia, Fortaleza, Corpus Christi, Boa Vista, Nossa Senhora dos Navegantes, São Miguel, São João, Santo Antônio, Piranha, Gavião, Rainha da Floresta, Terra Santa, Vale Verde (Ramal do Macaco) Igarapé do Anta (ACTAAIA E ASPAIA), Estrela da Bica, Cachoeirinha, Sombra Santa e Nova Jerusalém, que estão sob forte influência da BR-163.

O acesso por via terrestre, partindo de Santarém, é feito pela rodovia federal BR-163, atualmente pavimentada até o Km 98. Da BR-163, dependendo da comunidade, pode-se escolher a vicinal adequada. A primeira, de melhor trafegabilidade, situa-se no Km 88 e é conhecida como Ramal da CEMEX. Outras vicinais também podem dar acesso, essas conhecidas como travessões; têm seus inícios a seguir descritos: Km 119, Km 124, próximo à Comunidade São Pedro; Km 130, próximo à localidade Unidos Por Deus; Km 135, próximo à Comunidade Boa Fé; Km 140, próximo à Comunidade Betânia; e Km 145. Partindo de Placas, o acesso é realizado no sentido inverso (Fig. 04).

Há acesso de Santarém por via fluvial. Inicialmente, utiliza-se a Rodovia Estadual PA-370 (Rodovia Curuá-Una) até as margens do Rio Curuá-Una. Posteriormente, pode-se seguir pelo rio, que percorre todo o limite leste do assentamento; entretanto, há obstáculos naturais (Cachoeiras Argolão e Cachoeirinha) que dificultam a trafegabilidade de embarcações.

CAP. V

RESULTADOS E DISCUSSÃO DO ASSENTAMENTO PA MOJU I E II

A Pesquisa foi realizada no assentamento PA MOJU I E II, no período de janeiro a outubro de 2014, localizada na BR-163, a escolha desse assentamento foi devido, ter-se um trabalho de assistência técnica de ATES (Assistência técnica, social e ambiental), como pedagoga. Este estudo possibilitou supervisionar, planejar o desenvolvimento das comunidades do assentamento, visando às intervenções responsáveis e conscientes, em benefício da coletividade. Observou-se a importância do trabalho pedagógico proposto pelo projeto, e a relação que foi estabelecida entre técnicos e comunitários foram construída com base na confiança, na lealdade, na parceria, em uma liderança que respeita, colabora, desafia e divide os sucessos almejados, agindo com neutralidade e sabedoria.

Conciliaram-se os saberes científicos com o aprendizado da realidade local, promovendo momentos de integração com as famílias assentadas, bem como, fortalecendo os laços das famílias assentadas com os técnicos de ATES, a pesquisa foi qualitativa. Nesse contexto, foram favorecidas as famílias com mudanças de atitudes, no aspecto social, técnica e ambiental, bem como a formação de um técnico educador.

As práticas pedagógicas foram realizadas conforme metodologia proposta, com visitas técnicas nas comunidades, em suas unidades produtivas, a fim de diagnosticar, discutir e viabilizar tecnologias alternativas baseados em sistemas de produção agroecológicos, além disso, foram realizadas reuniões sediadas nas associações. A princípio aplicou-se um questionário, para saber como estava a realidade dos produtores assentados, tais como infra-estrutura, saneamento básico, organização do espaço físico. No decorrer dos trabalhos técnicos percebeu-se certa desconfiança por parte de alguns assentados em responder o questionário. Porém, a abordagem do técnico educador, permitiu-se um entendimento de confiança, no decorrer da pesquisa. Quanto à formação dos técnicos do projeto realizou-se seminários, reuniões para reflexão coletiva, estudo de práticas coletivas com isso promovendo desenvolvimento profissional e pessoal.

A formação do assentamento pode ter sido um dos fatores de ter certas

dificuldades, pois temos como exemplo a comunidade de Sombra Santa, composta por ex-garimpeiros, sem nenhuma tradição de trabalho na agricultura. Contudo, através de práticas pedagógicas, promovendo palestras, debates, acerca da inclusão social das famílias assentadas, percebeu-se algumas mudanças, no processo produtivo, infra-estrutura, social e ambiental. A abordagem de perguntas e respostas, seguindo a dinâmica observada durante as palestras, oficinas, possibilitou a sensibilização e a capacitação dos assentados, assegurando, dessa forma, a questionarem, e tirar as dúvidas em relação a diversos assuntos abordados. Pois, antes se verificou certo comodismo das comunidades em relação às alternativas de intervenção na realidade, tendo em vista a histórica subserviência dos mesmos às práticas tradicionais de dominação presentes na estrutura agrária.

Contudo, não se pode esquecer que dentro das comunidades do assentamento, existem líderes comunitários que possuem uma crítica da realidade local, e estar sempre em busca de melhorias para sua comunidade, seja no INCRA ou em outras instituições que viabilize melhora a qualidade das famílias assentadas, as condições de infra-estrutura do assentamento.

O trabalho como a oficina pedagógica beneficiou a equipe interdisciplinar de ATES e as famílias assentadas, no intuito de alcançar os objetivos proposto, pois, foram decisivas em atividades no plano de uma educação ética, promovendo a equidade social, bem como novos conhecimentos. As ações de sensibilização objetivaram a despertar os assentados para conscientização de sua realidade, de caráter ambiental, social e econômica. A analisaram-se os seguintes aspectos: social, ambiental, técnico, econômica, no PA MOJU I E II.

5.1 ASPECTO SOCIAL.

No aspecto social, levou-se em conta a distribuição da população por grupos de idades e por gêneros, a organização, os serviços de saúde e educacional.

5.1.1. SAÚDE – ausência de posto de saúde, o que existe são agentes comunitários da saúde, que auxiliam com orientações de como tratar a água para uso doméstico, pesagem de criança.

5.1.2. EDUCAÇÃO - existe escola no assentamento, mas ainda e muito precário a estrutura, os barracões existente é onde funciona a sala de aula, e também existem problemas no transporte escolar, pois em dias de chuva a estrada fica intransitável e o ônibus não consegue transportar os jovens, crianças à escola, já que a maioria das escolas no assentamento fica a quilômetros de seus lotes. Quanto ao grau de escolaridade dos produtores entrevistados e de seus agregados, observaram-se que alguns são analfabetos 50% são homens e 40% são mulheres. A média geral da desistência dos assentados no ensino fundamental é de 80%, muitos atribuem que desistiram, porque tinham que ajudar a sua família no roçado. Contudo, já existe uma preocupação, entre os assentados, em relação à educação, e que as famílias incentivam seus filhos a estudarem, mais é necessário uma educação voltada para as famílias assentadas, que possam ser estimulados, valorizados voltados a sua realidade local, em um processo humanista e socialista.

5.1.3. ORGANIZAÇÃO - A formas de organização dentro do assentamento através de associações de cada comunidade, onde definem políticas que deverão ser empregadas no assentamento. Além da Associação, os assentados são associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Quanto ao trabalho empregado no assentamento, predomina o trabalho familiar, quando o produtor assentado se sobressai em sua produção contrata mão-de-obra temporária. A tentativa com o trabalho coletivo. O trabalho coletivo, desde então, só é empregado quando da realização de alguma melhoria dentro do assentamento, o individualismo é predominante principalmente quando o presidente da associação não uma liderança nata.

5.1.4. INFRA-ESTRUTURA - Há necessidade de infra-estrutura básica para comunicação como correio e telefone público, algumas comunidades possui um orelhão, mas nem toda vez esta em comunicação. As comunidades também esperam a aprovação do crédito habitação, para reforma suas casas financiadas pelo INCRA, e a perfuração de poços uma vez que o acesso à água é difícil limitando o trabalho diário no lote agrícola.

Em relação à construção e manutenção de estradas tem constituído uma

das principais reclamações dos assentados, levados ao INCRA e administrações municipais. As precárias condições de trafegabilidade das estradas têm impossibilitado o deslocamento dos produtores no escoamento de sua produção.

5.2. ASPECTO AMBIENTAL

Verificou-se neste aspecto ambiental, o modo como os assentados lidavam com o meio ambiente, levando-se em consideração aspectos tais como o tratamento da água e do solo, o uso de adubos, além de práticas de queimadas e desmatamento. No que se refere à questão ambiental é demonstrada uma preocupação em relação aos impactos provocados pelo homem e um interesse em torná-los mínimos possíveis.

Uma questão que compromete a sustentabilidade da produção e do meio ambiente é o uso de técnicas rústicas, como a queimada, nos roçados, para o plantio, ainda utilizam práticas ultrapassadas, que aprenderam com seus antepassados, o que ocasiona baixa produção porque afeta a fertilidade do solo, durante os trabalhos de ATES, os assentados comentaram que continuam nesta técnica rudimentar, devido não ter outros meios. Porém alguns produtores assentados, já utilizam práticas agroecológicas, tais como utilização de adubos orgânicos, a extração de madeira somente com o plano de manejo. Entretanto, isso é a minoria, durante as visitas notou-se que as nascentes dos igarapés estão secando, pois é grande o desmatamento, ocasionando a estiagem dos igarapés, e com isso o desaparecimento.

Ocorreram oficinas das práticas ambientais nas comunidades, nas primeiras oficinas o comparecimento dos assentados foi mínima, mas alguns colocaram que era dia de semana, e dia de trabalho no roçado. Por outro lado, percebeu-se que essas oficinas, palestras, dinâmicas tornaram-se um tempo para reflexão por parte dos assentados, que ficam restritos ao seu plantio.

5.3. ASPECTOS ECONÔMICOS

Verificaram-se, através da pesquisa, que há uma diversificação da produção, os assentados dedicam-se a culturas de subsistência como milho, feijão, arroz,

mandioca (para fabricação de farinha) e entre as culturas perenes a pimenta do reino. Acredita ser mais seguro reproduzir a lógica de mercado da região, investindo no gado de corte. A criação animal desempenha papel fundamental em seus lotes como criação de galinha caipira, suíno, bovino.

O extrativismo vegetal se destaca na constituição econômica local, pois atividade está centrada na extração de madeira, nos planos de manejo florestal, mas ainda existe extração de madeira clandestina, dentro do assentamento.

Ao se perguntar aos assentados sobre um valor médio retirado da produção pelo trabalho familiar nestes lotes, os assentados não sabem responder, não tem noção de quanto gastar, nem tão pouco quanto ganha.

5.4. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica dentro do assentamento sempre foi uma reivindicação dos produtores assentados, pois como muitos não têm uma tradição de agricultor, se deparam com dificuldades na utilização de técnicas de plantio. Na extensão rural passada de acordo com as entrevista, os assentados deixam claro, que muitos técnicos repassavam informações técnicas, sem a preocupação do saber local, e muitos adquiriram crédito rural, através do PRONAF, sem consistência nenhuma, que resultou em assentados endividados sem condições de pagar seus projetos financiados.

Com o Programa de ATES, há uma preocupação com os saberes dos agricultores assentados, não só repassar utilização de técnicas, mais assumindo um caráter de técnico educador, envolvido com toda a dinâmica do assentamento, tais como os aspectos técnicos, ambiental e socioeconômico. Verificou-se a principio que os técnicos mais experientes, resistiram quanto a esse novo perfil, não gostava dos textos reflexivos e achavam as dinâmicas eram de criança, mas com a intervenção pedagógica, aos poucos percebe-se mudanças de atitudes, na nova abordagem de assistência técnica, sem assistencialismo. Todavia, os assentados ainda consideram insuficiente a assistência, técnica, social e ambiental para atender todo assentamento.

5.5. PERFIL DO ASSENTADO

Os assentados entrevistados do PA MOJU I E II são de várias regiões do Brasil, com culturas e costumes diferentes, que chegaram até o PA, através dos movimentos sociais, outros que foram assentados pelo INCRA, vindo de outro assentamento. A organização do trabalho familiar do assentamento esta centrada no patriarca, em que o pai detém os conhecimentos da produção e comercialização, mas existem as exceções. Na divisão do trabalho, os homens ficam responsáveis com as atividades do roçado, e as mulheres incumbidas das tarefas da casa e o cuidado com os pequenos animais, como suíno, ovelhas, galinhas, dentre outros.

As mulheres assentadas percorreram uma jornada que levaram a rever a condição vivida nos assentamentos. O papel social da mulher atualmente, foi ter conseguido a titularidade dos lotes, em nome do casal, que antes somente tinha esse direito, após a viuvez, em caso de separação não tinha direito nenhum, em função de impedimentos cadastrais do cônjuge. Em geral, as mulheres têm dupla jornada, faz o trabalho doméstico, o produtivo e ainda cuida dos filhos. Porém, durante os cursos de artesanato, palestras, são as que mais comparecem, participam da discussão.

Dentre o chefe de família encontraram-se muitos que já não dão conta de trabalhar devido à idade avançada ou a problemas de saúde. Outros moram sozinhos e necessitam da ajuda de vizinhos ou de parentes. Os mais jovens vão para a cidade em busca de melhores condições de vida, deixando suas famílias.

A evasão nos assentamentos é comum, na vida das famílias, os motivos são variados tais como problemas de saúde, viuvez, separação do casal, os filhos que precisam estudar na cidade, entre outros. Alguns abandonam, vendem, trocam por outra terra ou casa na cidade. Depois de explorarem a madeira. Há lotes que já têm o segundo ou terceiro morador. Apesar das vendas das terras de reforma agrária ser uma prática ilegal, das alguns assentados não respeitam essa determinação.

Na comunidade de Princesa Izabel, fica evidente os abandonos dos lotes, das dezenove famílias assentadas, somente três moradores continuam a agrovila foram projetados erroneamente, os lotes dos assentados desta comunidade, ficam, mas de 20 km, de suas casas. Segundo um assentado como a unidade produtiva fica muito longe da agrovila, só volta no final de semana, em outros casos quando se sente muito cansado vai ficando na unidade onde produz.

No PDS Igarapé do Anta, é bem complicada a situação, o que deveria ser um modelo de projeto de desenvolvimento tornou-se um caso de denuncia, conforme essa matéria, traduzida por Paulo Migliacci,

“Uma investigação de oito meses sobre a trapaça de terras, conduzida pelo Greenpeace, revelou que a agência brasileira de reforma agrária, Incra, estabeleceu grandes assentamentos em áreas florestais, em lugar de posicioná-los em áreas já desmatadas, e os povoou com famílias urbanas que imediatamente venderam os direitos de exploração madeireira às grandes empresas do setor. (...)

O conceito do PDS foi concebido em 1999 por Raimundo Lima, diretor do Incra, como forma de sustentar as famílias que seguem um modo de vida tradicional, de forma a permitir que vivessem da terra. Cada família deveria receber alojamento e certo montante de crédito financeiro que lhes desse a oportunidade de começar a plantar; elas teriam permissão de cultivar 20% das terras que lhes seriam destinadas, e explorar a madeira dos 80% restantes, de acordo com um plano rígido de gestão de recursos florestais. Agora, esses planos são ditados pelas madeireiras, o que significa que elas podem violar as normas de desenvolvimento sustentável e pagar valor bem inferior ao de mercado pela madeira extraída. (<http://teleporto.abusar.org/pipermail/u-br.soc.politica/2007>).

Assim, como abordagem da matéria presenciou-se que as famílias assentadas, são pessoas sem o perfil de reforma agrária, que o interesse maior é na extração da madeira, somente quatro famílias permanecem no PDS (Projeto de desenvolvimento e Reforma Agrária), na semana as casas ficam fechadas e final de semana o proprietários vão passar o final de semana. Nesta comunidade não conseguiu-se avançar nos trabalhos de ATES, pois o numero de pessoas para ministrar palestra, cursos e insuficiente, com as famílias que moram lá, faz-se um trabalho em seus lotes.

Os assentados plantam, principalmente, por tradição, por costume, nas ações dentro do assentamento, os jovens são mais fáceis de aceitar novas técnicas de cultivo, de conservação do meio ambiente. Muitos dizem que aprenderam essa técnica com seus pais e sempre deu certo, não é agora que vão mudar suas atitudes.

Diante disso, percebe-se que o trabalho de ATES, é um trabalho continuo que é preciso levar em contas as características culturais, recuperando a integração do assentado em diferentes conhecimentos e também do técnico que muitas vezes se sentem desestimulado nas ações dentro do assentamento.

CONCLUSÃO

O Programa de ATES da Reforma Agrária representa uma proposta inovadora de formação tanto da equipe técnica interdisciplinar, quanto das famílias assentadas, onde aliou-se a teoria a prática, o saber profissional e o saber popular. Percebeu-se que as dificuldades enfrentadas pelos assentados, no tocante a qualidade de vida, de organização de suas atividades, de produção de renda e de perspectivas de perpetuação das famílias nos lotes, são muitas, onde é imprescindível mudar essa realidade, com aumento de produção, utilização de tecnologias, que não agridam o meio ambiente, e melhore a infra-estrutura do assentamento, para que os assentados possam melhorar a qualidade de vida.

Os dados analisados neste estudo possibilitaram a verificar que o assentamento pesquisado ainda necessita de um acompanhamento mais eficiente tanto por parte das lideranças como das equipes técnicas ligadas aos governos federal e estadual visando à consolidação do processo de ocupação paralelamente a ações de desenvolvimento local com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar naquela região.

É um o desafio às ações pedagógico desenvolvido pelos técnicos, que se debatem entre concepções e práticas contraditórias de assistência técnica para o assistencialismo ou para a autonomia. Com um trabalho educativo, respeitando os saberes locais. As intervenções da gestão pedagógica são fundamentais na continuidade do Projeto de ATES, interagindo conhecimentos, para se alcançar mudanças comportamentais, de modo que na ausência do técnico, os assentados tenham autonomia. Todavia, essas mudanças não se conquistam facilmente, é necessária uma reorganização comportamental.

As famílias estão aos poucos aceitando a intervenção da equipe de ATES, no seu dia a dia, pois a contribuição para a elevação da qualidade de vida, esta perceptível nos seguintes aspectos: social, econômico e ambiental. O aspecto social vem promovendo valores de equidade, cidadania; econômica reforçando os valores do trabalho e recompensa financeira através das capacitações que tiveram com a equipe de ATES, tais como curso de artesanato, melhoramento no sistema produtivo, constatou-se também que os assentados procuram resolver os problemas

individualmente, sem planejamentos. No que concerne à saúde, as enfermidades são constantes, na maioria dos casos são doenças endêmicas, em outros casos doenças passíveis de serem curadas na própria residência através de remédio caseiros produzidos, aproveitando as ervas medicinais presentes no assentamento.

No que se referem aos aspectos econômicos, os resultados são mais preocupantes. O assentamento, com a prática da agricultura itinerante, sem tecnologias adequadas, ainda não consegue desenvolver uma produção contínua, o que afeta a renda familiar dos assentados. No âmbito Ambiental espera-se maiores ações das práticas conservacionista, em relação ao ecossistema, de maneira que a dependência por insumos e outros fatores de produção comerciais possam ser minimizados nas práticas produtivas. Pois, mesmo com as ações pedagógicas nas ações dentro do assentamento, ainda se percebe certa resistência, quanto à conservação ambiental, principalmente na extração de produtos extrativistas, no manejo de pastagem, que foi considerada dentro do assentamento o responsável por maiores índices de desmatamento.

Na ação técnica de ATES, demonstrou-se maturidade no relacionamento com os assentados, mais ainda é preciso fortalecer o elo de trabalho coletivo dentro assentamento, com praticas que visem sustentabilidade, e possibilite que as famílias se comprometam com as mudanças do PA, e também transformações de atitudes dos assentados, no exercício de cidadania, e quanto ao aspecto social, técnico e ambiental.

Portanto, é importante aprofundar o conhecimento, aliado a pratica, e com isso promover o desenvolvimento sustentável, compreendendo a realidade local, sem imposições de saberes, viabilizando o processo de mudança no assentamento PA MOJU I E II. Com políticas públicas que garanta a sobrevivência das famílias assentadas, principalmente para os jovens que abandonam o assentamento em busca de melhoria de vida. Compreendendo que um Projeto de Reforma Agrária conseqüente, ecologicamente correto, e socialmente justo não é um projeto de fácil execução, para curto prazo, que se resolva com a distribuição de terra, mas sim que dê sustentabilidade, com atendimento educacional e de saúde, política de preços e de escoamento, transporte, dentre outras variáveis, promovendo a cidadania no assentamento.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JÚNIOR, Arnom de Melo et al. **Gestão do lixo**: uma experiência de educação ambiental em escolas públicas de Garanhuns – Pernambuco. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=561&class=21>>. Acesso em: 17 maio 2008.

ARROYO, M.G.; DÍAZ, A. **Educação ambiental como projeto**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BERGAMASCO, S. M. P. Pereira. e FERRANTE, V. L. S. B. **Assentamentos rurais**: caminhos e desafios da pesquisa. In: ROMEIRO, Ademar et.al (orgs). **Reforma agrária**: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

BERGAMASCO, S.M.P.;SALLES, J.T.A.O. Mecanizacao e assistencia tecnica na agricultura paulista. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 28., Florianópolis, 1990. Anais. Brasilia: SOBER, 1990.

BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. São Paulo: Gráfica e Editora Peres Ltda., 2000.

BOURDIEU, P. **Identidade e representação**: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **Poder simbólico**. Lisboa: Ediel. 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Reprodução proibida**: simbólica da dominação econômica. In: **Campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papyrus, 2000.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção do projeto político-pedagógico da educação do campo**. IN: JESUS, S. M. S. A. de; MOLINA, M. C. (orgs.) **Articulação nacional por uma educação básica do campo**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. (Coleção Por uma Educação do Campo, n. 5).

CALDART, R.S. **Elementos para a construção do projeto político pedagógico da educação do campo. Cadernos temáticos da educação do campo**. Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED, 2005.

CANIELLO, Márcio; TONNEAU, Jean-Philippe; LEAL, Fernanda; LIMA, Josafá Paulino de; ARAÚJO, Alexandre Eduardo de. **Projeto UniCampo**: uma universidade camponesa para o semi-árido brasileiro. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2004.

CAPORAL, Francisco; COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia**: aproximando com a noção de sustentabilidade. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org).

Sustentabilidade : uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. São Paulo: Campus, 2000.

COELHO, France Maria Gontijo. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos**. Viçosa: EDUFV, 2005.

CHONCHOL, J. A reforma agrária e o desenvolvimento rural como estratégia de uma nova ordem econômica internacional. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.85, maio/jun. 1983.

FERNANDES, B.M. **Diretrizes de uma caminhada**. In: ARROYO, M.G; DÍAZ, A. **Educação ambiental como projeto**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo**. Mimeo, Pdf, 2005.

FERNANDES, B.M. **Diretrizes de uma caminhada**. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 137.

FERREIRA, Naura Syria Carrapeto. **Supervisão educacional: uma reflexão crítica**. 13. ed. revista e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 6 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

FREIRE, PAULO. **Educação e mudança**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, PAULO. **Educação e mudança**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação** - cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP. 2000.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006.

GLIESMAN, Stephen R. **Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3. ed. Rio Grande do Sul. Editora UFRGS, 2005.

GORGER, Frei Sérgio A., STÉDILE, João P. (Orgs.) **Assentamentos: resposta**

econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

<http://teleporto.abusar.org/pipermail/u-br.soc.politica/2007>. Acessado em 8 ago. 2014.

<http://www.ambientebrasil.com.br>. Acessado em 6 ago. 2014

<http://www.unitins.br/ates/index2.html>. Acessado dia 5 jul. 2014

INCRA. **Manual operacional de ATES**. 2008.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEITE, S. O estado dos assentamentos rurais e os parâmetros da ciência econômica. In: ROMEIRO, A.R.; GUANZIROLLI, C.; LEITE, S. (Orgs). **Reforma agrária**: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate Petrópolis: Vozes, 1994.

LIBÂNEO, J. C; PIMENTA, S. G. **Formação dos profissionais de educação**: visão crítica e perspectivas de mudança. IN: PIMENTA, S. G. (Org.) **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. na p. 132 do artigo **Pedagogia e modernidade**: presente e futuro da escola. In: GHIRALDELLI, Paulo. **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997,

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 16. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

MARQUES. M.O. **Projeto pedagógico**: a marca da escola. In: Contexto & Educação, v.1, n.1, p. 16-28, abr/jun 1990.

MASSELLI, M. C. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 1998.

MEDINA, N. **Educação ambiental**: uma nova perspectiva. Série Cadernos Pedagógicos. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Universidade Federal do Mato Grosso, 1994.

NEVES, Delma P. **Desenvolvimento e polifonia de intenções**. In: **Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, 4. Aracaju, 2004, Anais... Aracaju: SBSP, 2004. 1 CD-ROM.

NOBRE DAMASCENO, Maria. **A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política**. In: THERRIAN, J.; NOBRE DAMASCENO, M. (Coord.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papyrus, 1993.

OLIVEIRA, MarthinhaA. B. Educação ambiental e cidadania: os conhecimentos geográficos no contexto do PROJovem no município de Taquarussu –MS. In: **Anais do 16 ENSUL –Encontro Sul-Matogrossense de Geógrafos/ 4 EREGEO - Encontro Regional de Geografia. AGB/UFGD**, Dourados, 2008.

PIMENTA, S. G. **Panorama atual da didática no quadro das ciências da educação: educação, pedagogia e didática.** In: PIMENTA, S. G. (Coord.) **Pedagogia, ciência da educação?** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTA, Selma G. (Coord.). **Pedagogia ciência da educação.** São Paulo: Cortez, 2001. p. 49.

RIBEIRO, A. E. do A. **Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa.** Rio de Janeiro: Walk, 2003.

SIMÕES, Aquiles. **Ensaio acerca da construção de novas competências para a assistência técnica e extensão rural (ATER): do agente ao mediador de desenvolvimento.** In: **Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 4.**, Aracaju, 2004, Anais... Aracaju: SBSP, 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

VILLAS BOAS, M. V. **A prática da supervisão.** In: **Educação e Supervisão.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.